

A partir deste número a Revista de Desenvolvimento Econômico passa a oferecer aos seus leitores textos clássicos da literatura econômica que versam sobre a Bahia e o Brasil. Além de colaborar para a preservação da memória de contribuições intelectuais que foram muito importantes para os estudiosos da economia regional a RDE pretende, com esta iniciativa, tornar acessíveis às novas gerações trabalhos preciosos de difícil acesso nos dias atuais.

Inaugurando a série é divulgada uma análise da economia estadual nos séculos XVIII e XIX realizada por Rômulo Barreto de Almeida, considerado por muitos o maior economista baiano do século XX. A matéria selecionada foi apresentada na primeira conferência de um Curso de Economia promovido pelo Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB), em 7 de novembro de 1949 e posteriormente publicada pela Revista de Economia e Finanças (IV (4), p. 70-78. Salvador, 1952) daquele Instituto. Vinte e cinco anos depois foi reeditada pela CPE na revista Planejamento (Salvador, 5(4): 19-54, out/dez 1977) da qual se extraiu o texto seguinte.

*O Editor*

## TRAÇOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA DA BAHIA NO ÚLTIMO SÉCULO E MEIO<sup>1</sup>

*RÔMULO BARRETO DE ALMEIDA*

### **1. Conjuntura internacional**

Nos últimos decênios do século XVIII, refizera-se a Bahia da crise que, com raras interrupções, perdurava desde a primeira metade do século XVII. É verdade que, no fim deste, o desenvolvimento do mercado europeu para o fumo, atenuou a dependência do açúcar. Mas a exportação do fumo não poderia substituir a da principal lavoura e indústria, fixadora por excelência de civilização. E o açúcar teve a sua crise agravada com a febre de mineração no século XVIII, a qual arrebatou para a aventura os seus trabalhado-

res livres e até mestres, leiloou os escravos que já escasseavam e encareceu o preço de todas as utilidades, ao mesmo tempo em que, com os embargos ao comércio com as Minas Gerais, era a Bahia impedida de compensar os seus prejuízos com o lucro dos fornecimentos para os sertões do ouro. Enquanto a competição das colônias de outras potências européias crescia, os custos de produção também se elevaram assim inevitavelmente.

Costumava-se imputar a decadência da indústria açucareira à culpa dos produtores, que esbanjavam

e não cuidavam de melhorar os métodos de trabalho. Certo, houve imprevidência por parte de muitos, não fazendo reservas nos anos bons. Falava-se também na "ganância" dos intermediários e financiadores. E ainda os impostos eram pesados, não considerando o estado de depressão da lavoura, e sendo lançados e coletados de surpresa e em épocas muita vez impróprias. Mas todos esses fatores foram realmente secundários face àqueles dois que apontamos. Também não era a baixa qualidade dos produtos a responsável pela decadência das exportações.

**“ A guerra da independência americana e a “revolução industrial” abriram uma larga oportunidade para o algodão. A primeira remessa do Brasil foi em 1767... ”**

Mestres dos engenhos brasileiros foram contratados para engenhos das Caraíbas, o que indica sua reputação. Em 1687, um arguto Viegas escrevia num relatório para o rei: “As causas da diminuição e total ruína em que se acha o comércio dos frutos do Brasil não procede de se obrar mal, se não de ser muito o que dele das Barbadas e da Índia vai à Europa”. O Rei não “acharia remédio para que sejam mais finos” (os açúcares). Os holandeses nos 24 anos de Pernambuco não acharam meios de mais perfeitamente fabricá-lo e com menor custo.<sup>2</sup>

Nesse final do século XVIII, porém, certas condições internacionais extremamente favoráveis permitiam uma nova vida ao comércio de exportação e um desafoço para os senhores de engenho tradicionalmente endividados. A guerra da independência americana e a “revolução industrial” abriram uma larga oportunidade para o algodão. A primeira remessa do Brasil foi em 1767, e já “a começar de 1786 as exportações variam de 150 a 200 mil libras por ano.<sup>3</sup> Passou a ser o algodão um fator de equilíbrio do balanço comercial da Colônia. Além do algodão, todos os demais produtos tiveram a procura aumentada, em consequência dos dois fatores históricos que indicamos, e das guerras napoleônicas, que iniciavam um grande ciclo de perturbações internacionais, dos quais advieram, até a independência, condições favoráveis ao nosso comércio.

A Bahia, principal centro comercial e produtor, só em anos excepcionais

ultrapassada nas exportações por Pernambuco ou pelo Rio, seria naturalmente a primeira beneficiária dessa conjuntura favorável, salvo, no tocante ao algodão, a maior vantagem do Maranhão e de Pernambuco, apesar de na Bahia, já desde o I século, segundo um exagêro quinhentista, “os moradores preferiam à cana o algodão, cuja cultura se dá melhor na terra”<sup>4</sup>.

A “grande guerra” inglesa contra Napoleão reclamou maiores consumos, sendo êste fator talvez mais importante do que o efeito restritivo sobre a navegação, já que nessa época a Inglaterra desenvolvia estupidamente sua frota. As Índias Ocidentais Francêsas tiveram sua produção e seu comércio perturbados. O comércio do Oriente também sofreu (caso do algodão e da sêda). Logo as colônias espanholas entraram em polvorosa.

Para se medir a importância da situação internacional sobre o nosso comércio, vamos acrescentar alguns dados, sobre o açúcar, o café e o fumo. O Brasil havia sido reduzido no final do século XVIII a pouco mais de 10% do comércio internacional do açúcar.<sup>5</sup> Quando menos, a metade das áreas fornecedoras esteve conflagrada, ou perturbada por dificuldades de navegação, bloqueio, etc. Quanto ao café, um dos fatores do seu desenvolvimento no Brasil foi a destruição dos cafésais de Haiti pelos negros sublevados na guerra de independência dessa ilha francesa, os quais também destruíram os engenhos de açúcar. Haiti foi por muito tempo a maior produtora mundial de café e de açúcar, enquanto Jamaica e outras colônias inglesas experimentavam uma temporária decadência açucareira.

Cuba, única colônia espanhola exportadora de açúcar, encontrou a partir de 1763 até 1779 condições muito favoráveis, pois passou a suprir as necessidades totais da Espanha, cêrca de 500.000 arrobas, desde que esta levantou direitos proibitivos para o açúcar estrangeiro. Entre 79 a 85 a produção cubana de açúcar e de fumo foi prejudicada por medidas internas e pela guerra

hispano-inglesa. Cuba sucedeu depois ao Haiti como primeiro produtor de açúcar, mas já a partir de 99 se instalou uma crise que se foi agravando em consequência do conflito europeu, para só vir a ser superada a partir de 1818.<sup>6</sup>

Dessa forma a situação internacional permitiu durante um bom período a recuperação da nossa decadente economia colonial. Foi ela ainda que possibilitou o Alvará da Abertura dos Portos, em 1808, que, bem conhecido, dispensa maior extensão. Êste ato de fundamental importância, todavia, precisa ser balanceado sem o entusiasmo irrestrito de outrora, pois há, por exemplo, indicações de efeitos negativos sobre a navegação nacional.<sup>7</sup> Êle veio entretanto eliminar intermediários e assim possibilitar maior preço ao vendedor nacional e menor preço ao importador. Êle animou o comércio, introduziu novas idéias, confortos e instrumentos de trabalho, embora tivesse também fomentado as importações de novidades e bugigangas, em parte no comércio a crédito, que viriam imperceptivelmente gravar o nosso balanço de pagamentos. O seu saldo positivo deve ter sido grande, como fator de enriquecimento e progresso.

Esta quadra entre a guerra da independência dos Estados Unidos e a nossa independência, foi, assim, para a Bahia, uma época de prosperidade e capitalização, mas não, todavia, isenta de problemas.

**“ Esta quadra entre a guerra da independência dos Estados Unidos e a nossa independência, foi, assim, para a Bahia, uma época de prosperidade e capitalização... ”**

**“ ... as complicações e abusos não haviam acabado, como de resto até hoje não se extinguiram dos nossos hábitos fiscais e burocráticos... ”**

## 2. Condições internas

Enquanto isto, as regulamentações, exigências, “taxas, almotaçarias e condenações”, que caracterizavam o “regime exclusivo” (referência ao mercantilismo, agravado na exploração colonial) do Século XVIII, e que “atravessavam” e oprimiam a produção, foram consideravelmente reduzidas com o Alvará que visava “extingui-las” e dar “liberdade do preço” o qual era mandado executar em 1799. Um dos consultores do Senado da Câmara da Bahia, em 1807, atribuiu a êsse ato “progressivo aumento da lavoura, principalmente das farinhas, que são o pão da terra, e dos legumes”<sup>8</sup>, Mas as complicações e abusos não haviam acabado, como de resto até hoje não se extinguiram dos nossos hábitos fiscais e burocráticos, ainda de acentuada feição “patrimonialista”<sup>9</sup>. Narra o principal desses consultores as frequentes medidas contra a exportação, os vexames da obrigatória passagem dos gêneros pelo “Celeiro” da Cidade e os sofrimentos dos lavradores e barqueiros: “Fora do celeiro eles têm de mais a mais de sustentar os assaltos dos Meirinhos, e rendeiros que lhes saem ao cais a pedir conta das licenças, finanças, entradas, guias, regimentos, carlotações, visitas, e mil outras formalidades, que o sistema regulamentário tem inventado exames, aferições ilegais, selos de pipas, lotações, para surpreender coisas à singeleza dos barqueiros, e lavradores rústicos, que em conclusão de seus sofrimentos, e perdas, perdem até a vontade de voltar com outra carregação, e vão espalhar por tôda parte o descoroçoamento”.

Outros alvarás haviam concedido liberdade de navegação e outras. “Posto que não tenham nunca tido inteira observância, contudo serviram para adoçar as violências dos executores fiscais e municipais”, segundo êsse lúcido Desembargador João Rodrigues de Brito.<sup>10</sup>

A Mesa de Inspeção d’Agricultura e Comércio era uma instituição organizada segundo lei do meado do Século XVIII para “exames e qualificações”, segundo as quais os gêneros pagavam impostos e eram marcados contra fraudes, bem como para decidir outras questões do comércio. Havia queixas. Ferreira da Câmara disse que “se não estivesse organizada ... não aprovaria sua criação”, provavelmente em respeito às idéias da época, mas atestou “a confiança que a Mesa tem merecido do público, que é o melhor Juiz do conceito dos empregados”: negociantes e lavradores “distantes, guiados por aquela qualificação, concluem mais facilmente os seus ajustes”. O Desembargador Brito e Gomes Ferrão Castelo Branco coordenava a Mesa. Mas Sequeira Bulcão considerava a Mesa uma defesa do lavrador, “de comum sujeito ao negociante”<sup>11</sup>, observação esta última também de José da Silva Lisboa, em carta citada por W. Pinho<sup>12</sup>.

Homens adiantados encontravam nesse período o clima favorável para idéias novas que traziam da Europa. Felixberto Caldeira Brandt Pontes, depois Marquês de Barbacena, trouxe a primeira máquina a vapor instalada num engenho de açúcar no Brasil, tomou a si a empresa de navegação a vapor, inaugurando em outubro de 1819 o vapor de Cachoeira, uma das maravilhas no folclore do sertão, e cuja máquina, vinda da Inglaterra, foi montada num barco construído no estaleiro da Preguiça. Caldeira Brandt ainda fez parte do grupo que estabeleceu o primeiro Banco do Brasil, promoveu o levantamento de uma planta do Recôncavo e iniciou a abertura de um caminho entre São Jorge dos Ilhéus e o Arraial da Conquista!”. Tivemos nessa época um outro Senhor de en-

genho pioneiro, Pedro Antônio Cardoso. Manoel Ferreira da Camara Bittencourt Sá, proprietário do Engenho da Ponta, no Iguape, reformou fornalhas, economizando dois terços da lenha, e introduziu várias outras inovações da técnica industrial e agrícola. Agostinho Gomes trouxe também melhoramentos na lavoura e na pecuária, e lançou grandes projetos, um deles o de uma fundição de cobre e ferro. Todos eram versados na ciência da época, inclusive na economia política, ou seja, na “nova doutrina”, do “profundo Smith”. Ao lado deles, homens letrados de ofício, como José da Silva Lisboa, depois o Visconde de Cayrú, secretário da Mesa de Inspeção d’Agricultura e Comércio, e o Desembargador João Rodrigues de Brito, cuja resposta ao inquerito da Câmara do Salvador, tenho a impressão que é um documento definitivo não só da história econômica da Bahia, mas da história das idéias econômicas no Brasil, pela clareza com que expõe a administradores as idéias de Adam Smith, de Sismondi, e de Say, e as aplica no exame de uma situação regional. Êsses homens representavam um ambiente, na época perfeitamente atual no mundo, como aliás acontecia com Azeredo Coutinho, Arruda Câmara e outros na região de Pernambuco. Nesse tempo, a Bahia teve grandes governadores: D. Fernando José de Portugal, depois Marquês de Aguiar, o Conde da Ponte, o duro e lúcido Conde dos Arcos e o Conde da Palma, homens enérgicos e influenciados pelas idéias novas. Havia um clima de iniciativas.

Uma Praça de Comércio, origem da atual Associação Comercial, foi fundada pelo Conde dos Arcos, na base de sugestões do Desembargador Brito e outros, como uma bolsa de mercadorias, para facilitar as operações mercantis e moralizar o comércio.

Até 1815, a mão de obra vinha facilmente da Costa da Mina. Mas a Inglaterra havia extinto em 1807 o seu tráfico, com bons motivos de ordem econômica, e não mais lhe convinha permitir essa vantagem a con-

correntes. Era natural que as razões sentimentais fossem exaltadas, e que, mais uma vez, a Inglaterra procurasse escudar os seus interesses no interesse geral da civilização. Em 1815 consegue de Portugal um tratado abolindo o tráfico ao Norte do Equador. O tráfico, depois, cai.<sup>13</sup> Apesar da abundância de escravos, ou por isto mesmo, o rendimento do seu trabalho não parecia satisfatório. Já se falava na superioridade do trabalho livre. A idéia de obter colonos europeus se reforçava, e já em 1818 se estabelecia a Colônia de Leopoldina. A colonização se tornou uma preocupação de Miguel Calmon<sup>14</sup>. Os negros já se organizavam, faziam reivindicações, e as suas sedições e arruaças se repetiam. Não era tranquilizador. A pressão, já depois da revolta dos Malês, em 1835, se atenuou, com a redução do tráfico e a exportação de braços para os cafesais do Vale do Paraíba, fluminense e paulista.

Comparava-se a produção dos trabalhadores livres que, no fumo, já eram cerca de um terço. Mas, o estado da instrução era dos mais atrasados. Deve-se nessa quadra, ao Conde dos Arcos, um número relativamente grande de novas escolas. A situação, não obstante, deveria ser superior à do resto do país, conforme indicações, além de outras, dos Revs. Kidder & Fletcher, já tempos depois<sup>15</sup>.

O preconceito contra o trabalho prático era rígido e tanto impedia a aplicação na produção de pessoas de padrão social, e naturalmente engenho mais alto, como a aprendizagem técnica. Impressionou muito a alguns viajantes, como Agassiz, esse preconceito no Brasil.

Os problemas na Bahia nessa quadra encontram uma exposição excelente nas quatro cartas que responderam aos quesitos do Senado da Câmara. Já nos referimos às complicações criadas pela administração pública e aparelho fiscal coloniais, as quais se bem amenizadas, ainda continuariam (até hoje), talvez como uma consequência do próprio sistema econômico. Os transportes, se ainda hoje (1949) representam a



**Figura 1 – Processo do fabrico açúcar em Hispaniola, século XVI. Girolamo Benzoni, *Americae pars quinta nobilis & admiratione ...* (Frankfort, 1595)**

Fonte: <http://people.ufpr.br/~lgeraldo/imagensengenhos.html>. Acesso em 5/11/2009.

maior desvantagem da Bahia, podemos imaginar o que eram naquele tempo! A navegação na Bahia de Todos os Santos era o grande recurso. Ao longo da costa também. O Arsenal de Marinha fôra reformado, as construções navais de desenvolveram, ao menos até o Acôrdio com a Inglaterra<sup>16</sup>. Veio a navegação a vapor no Recôncavo e na Costa. O Conde da Palma tratou da navegação no Jequitinhonha. Mas o desembarço dos navios, a atracação e o desembarque eram lentos e desanimadores. As embarcações, saveiros e sumacas, eram muito maltratadas. O transporte terrestre então longe ficava das “facilidades” de navegação, Na zona dos canaviais, o massapé atolava meses seguidos. A marcha do Exército Libertador foi penosamente retardada por essa circunstancia. Os rios e riachos, sem pontes, criavam obstáculos sempre prenhes de imprevistos. Clamava-se por pontes. O sertão era servido por limitadas estradas coloniais. As principais saíam da Cachoeira, para o Norte, via Jacobina, onde o ouro continuava a ser uma das pequenas, mas va-

riadas fontes de proventos da Bahia, e para Maracás, Caetitê e Rio das Velhas - o velho caminho das Minas, que Martius descreveu<sup>17</sup>. O algodão, que dava com gosto nas terras altas, reclamava caminhos. C. Brandt começa o Ilhéus-Conquista. De Camamú para o interior outro havia sido iniciado por D. Fernando José de Portugal.

Um dos grandes, senão o maior problema do açúcar, era a lenha para as fornalhas e a madeira para as caixas. Sequeira Bulcão, que, da Vila de São Francisco, respondeu à Câmara com muito bom senso, porém menor brilho de linguagem e nenhuma erudição (razão talvez do menor destaque que se tem dado à sua carta), nota que o preço do açúcar “animou avultar as safras”, mas “não tendo matos suficientes, não podiam moer mais”. Prevvia que muitos engenhos “virão a não existir em breve tempo”. “As caixas são um artigo, que tendo chegado ao auge da carestia e que jamais deixarão de subir de preços pela dificuldade, e distância das madeiras”.... Ferreira da Câmara, na sua esplêndida Carta, quando se re-

“ O Clima da Bahia já tem sofrido muito após a destruição das florestas do Recôncavo, e a queima das planícies. Mas receio que o Brasil venha compreender isto somente quando já for demasiado tarde... ”

fere à inexequibilidade das leis intervencionistas, mesmo as “exceções”, favoráveis aos interesses gerais, como a de 1609, sôbre a conservação dos bosques e matas, ressaltava: “ora se há 198 anos, quando apenas êste país tinha saído da barbaridade, havia já falta de lenha, e madeiras;... que diremos do estado presente?”<sup>18</sup>

Passado o meio século, o geólogo Charles Fred Hartt se impressionava profundamente com a devastação das matas por meio das queimadas, através do litoral bahiano, e dizia coisas que têm sido confirmadas por geólogos e geógrafos modernos: “mas há um agente que tem estado em atividade no Brasil, cujos efeitos podemos dificilmente sobrestimar, e que é a queima das regiões e matas e campos pelo homem”. E conclui, adiante, de uma análise do problema: “A destruição total e descuidada das florestas nas costas brasileiras, a menos que acabe, acabará por produzir uma ruína certa para o país. O Brasil deve o seu clima e a sua capacidade de produção agrícola às suas florestas, e é absolutamente necessário que essas sejam preservadas em grande parte do país, especialmente na costa. O Clima da Bahia já tem sofrido muito após a destruição das florestas do Recôncavo, e a queima das planícies. Mas receio que o Brasil venha compreender isto somente quando já for demasiado tarde”<sup>19</sup>.

Relacionado com o problema das matas, Sequeira Bulcão mostra consciência, sem traço de eruditismo, da

tendência geral que seria denominada de “lei dos rendimentos decrescentes”<sup>20</sup>. “A lavoura do açúcar, bem como tôdas as mais, se tem aumentado”, mas sem grande vantagem. “Outros muitos engenhos, que desgraçadamente com o excesso dos preços se edificaram em maus terrenos, têm causado a ruína dos seus proprietários, e a infelicidade dos que já existiam, bem como daqueles que se erigiam em bons terrenos” (aludia à concorrência na compra das caixas e, ao que se depreende também, da mão de obra). E adiante: “Os mesmos engenhos abundantes à proporção que se trabalham seus terrenos diminuem na sua produção, ficam mais distantes os matos e por isso cresce a despêsa, fazendo-se necessário maior número de braços, e de fábricas, não podendo ter interesse vantajoso os seus proprietários, e lavradores, sem que haja maioria no preço do açúcar ...”<sup>21</sup>.

Um outro problema era o do capital de movimento. A lavoura vivia nas mãos dos grandes comerciantes, e indiretamente dos importadores estrangeiros – situação que continuou constante, sobretudo pela instabilidade natural dos preços dos produtos agrícolas de exportação<sup>22</sup>, apesar de ter melhorado muitíssimo

na quadra inicial que focalizamos. “A irregularidade dos preços é o flagelo da lavoura”, dizia o Des. Brito. Este fato sempre foi agravado pela ausência do crédito, a não ser os próprios adiantamentos dos comerciantes.

Naquela época, então, faltava a própria base para o crédito real: um Registro de Hipotecas. O Desembargador Brito lamentava que em lugar de remediar a falta de capitais, se tivesse adotado “o expediente de conceder aos lavradores o privilégio de não poderem rematar-se as fábricas de seus engenhos por execução dos credores”, remédio que “veio agravar o mal”<sup>23</sup>. Em 1836, Miguel Calmon (futuro Marquês de Abrantes) numa espécie de Relatório da Sociedade de Agricultura, Indústria e Comércio considera também o registro Hipotecário um dos problemas fundamentais da lavoura.<sup>24</sup>

Problemas de organização, judiciária, política e administrativa eram apontados entre os que requeriam medidas tranquilizadoras para a produção e o espírito de iniciativa.<sup>25</sup>

### 3. Abastecimento

Uma situação nada lisonjeira era a do abastecimento. Vimos que os pequenos produtores, quase sempre



Figura 2 – Paisagem com plantação (O Engenho), por Frans Post (1689)

Fonte: <http://people.ufpr.br/~lgeraldo/imagensengenhos.html>. Acesso em 5/11/2009.

*“ É muito ordinário ouvir aos que nada produzem e ainda àqueles que se dão ao gênero de cultura mais lucrativo, que é o da cana, queixarem-se da carestia da farinha, que talvez é o que menos convém a cultivar, e fabricar nesta Capitania, de quem lhes faz o grande bem de comprar aqui onde ela se acha em abundância, para vender onde ela é rara, e necessária... ”*

os mesmos transportadores, encontravam entraves descoroçoadores, no desembarque, no fisco, na compulsória entrega ao Celeiro Público, na distribuição dos talhos de açougue, na incerteza e especulação dos preços, que entretanto estavam sujeitos a provisões quanto a máximos, apesar da citada medida liberadora dos preços. Os lavradores eram tratados como uma classe tributária da grande lavoura de exportação e das populações urbanas, que tinham a seu serviço as autoridades. Ferreira da Câmara, liberal esclarecido, se opunha a isto: “É muito ordinário ouvir aos que nada produzem e ainda àqueles que se dão ao gênero de cultura mais lucrativo, que é o da cana, queixarem-se da carestia da farinha, que talvez é o que menos convém a cultivar, e fabricar nesta Capitania, de quem lhes faz o grande bem de comprar aqui onde ela se acha em abundância, para vender onde ela é rara, e necessária; como se os Lavradores de pão devessem ser considerados como pessoas de inferior qual idade à sua, a quem

fôsse lícito de tirar partido do seu suor, e indústria”.<sup>26</sup>

O fornecimento de carne à Bahia, era dificultado pela falta de mangas perto da Capital ou no caminho das boiadas. O Desembargador Brito atribuía este mal à antiga proibição de se criar gado nas dez leguas de beira-mar (para não disputar terras à lavoura da cana; essa proibição terá prejudicado a do fumo, carente de adubo animal).

A velha Lei que obrigava os lavradores do Recôncavo a plantar 500 covas de mandioca por escravo já não se obedecia, se é que não estava incluída nas referidas revogações. Era um dos exemplos do Desembargador Brito de leis que prejudicam a todos, por contrárias “aos princípios da divisão do trabalho desenvolvidos por Smith”. F. da Câmara, que “sustentava 250 pessoas”, timbrou em declarar que não plantava “um só pé de mandioca, para não cair no absurdo de renunciar a melhor cultura do país pela pior que nela há”.<sup>27</sup> Tal o prestígio dos princípios teóricos vigorantes na época.

Apesar de ter aumentado a lavoura, a situação dos pequenos lavradores era má. “Fui testemunha há ano e meio, estando na povoação de Nazaré, da desgraçada sorte do cultivador de mandioca” (ainda F. Câmara, para quem a solução era a liberdade de preço e do mais).

A tragédia, porém, era que, além da diferença de poder econômico e político contra o cultivador da mandioca, outros fatores estruturais eram também desfavoráveis a uma próspera economia de abastecimento. Enquanto os preços de exportação estavam altos, todos os recursos se voltavam para esses produtos nobres: açúcar, algodão, fumo. Diminuíam, ao menos relativamente, as lavouras de subsistência: menor produção, enquanto havia mais dinheiro procurando farinhas, grãos, carnes etc.: preços altos. Estes preços, fora as arbitrariedades desanimadoras, provocariam naturalmente maior produção pelos agricultores isolados. Consequência: os preços tinham que cair. O equilíbrio não se estabelecia, entretanto, mesmo no

caso de poderem os pequenos lavradores de abastecimentos disputar ao máximo as vantagens do mercado, dando como consequência um suprimento mais ou menos regular, em vista de instabilidade dos preços e mercados dos artigos de exportação. Se estes caíam, nos próprios engenhos se cultivava mais a mandioca e o milho, reduzindo ainda mais as compras aos pequenos agricultores, quando os preços já em si seriam menores. Acrescentem-se, como fatores de desequilíbrio, a instabilidade natural das safras, tanto dos artigos de exportação, como dos gêneros de abastecimento, agravada com a falta ou impossibilidade de armazenagem e de crédito. Em suma: esses lavradores em regra suportavam o pior das crises de depressão e eram impedidos de aproveitar o melhor das crises de alta.

A situação do abastecimento não podia se regularizar, e será talvez por isto que, voltando atrás das exaltadas idéias liberais de 30 ou 20 anos antes, a Câmara da Cachoeira reinstaurava, numa postura, a obrigatoriedade das 500 covas.<sup>28</sup>

Durante o período considerado, houve um grande impulso na aclimação e cultura de plantas exóticas, inclusive árvores frutíferas. Ao que parece, a fruta pão e a jaqueira tiveram nessa ocasião maior difusão no Recôncavo. Os quintais, as chácaras e os jardins se terão enriquecido, e isto não terá pequena importância sobre a alimentação regional.

#### 4. Mudanças de perspectivas

A situação favorável, apesar dos pesares, da economia bahiana no começo do século, se altera depois profundamente, em razão principalmente de dois fatores: os prejuízos materiais da guerra da independência, e a mudança da conjuntura internacional.

A contribuição em bens, além das vidas, para a independência, “foi um golpe terrível para a vida econômica-financeira. Esta desconjuntou-se, e, desde então, começa a série infundável das desgraças que nos perseguiram durante todo o século XIX”, diz Gois Calmon.<sup>29</sup>

*“ ... a situação internacional já não era mais tão favorável aos nossos produtos. O algodão e o fumo haviam sido favorecidos pela nova guerra da Inglaterra com os Estados Unidos, mas isto também já havia passado... ”*

Realmente a queda de produção foi sensível, “inúmeras casas, ricas de haveres antes da guerra”, caíram na miséria, como parece ter sido o caso da Torre. A lavoura da cana e a do fumo foram mais sacrificadas, e em anos de preços maus.

Entretentes, a situação internacional já não era mais tão favorável aos nossos produtos. O algodão e o fumo haviam sido favorecidos pela nova guerra da Inglaterra com os Estados Unidos, mas isto também já havia passado. Restava o consumo crescente de algodão pela indústria inglesa, o qual nos deixava alguma oportunidade. O açúcar de beterraba se desenvolvera na Europa sob o bloqueio britânico, e os concorrentes coloniais do açúcar de cana já se restabeleciam.

Nas circunstâncias em que vimos se declarar novamente a crise intermitente de nossos “produtos coloniais”, os governos e os particulares continuavam a tomar medidas progressistas. A Sociedade d’Agricultura, Comércio e Indústria, criada em 1832, sob a Presidência de F. da Câmara, substituído depois por Miguel Calmon, distribuía sementes, publicava memórias sobre as principais culturas e um “jornal”, ajudava a preparação e a vinda de técnicos, e até procurou acumular capital para ajudar empresas produtivas: uma delas, a Companhia de Colonização

para a qual “deliberou entrar com 20 ações”. “Se mais não tem ela feito, seja essa falta arguida à nossa habitual indiferença, à nossa apatia, e não a defeito intrínseco da instituição”.<sup>30</sup> Queixa-se Calmon, revelando porém que havia iniciativa e cooperação.

Em toda a parte os pioneiros são minoria. Se o espírito de empresa e de associação era fraco, devemos buscar a razão numa economia aleatória, vagando nas incertezas da produção natural e sobretudo do comércio estrangeiro.

Focalizemos a nova situação dos principais produtos:

#### **4.1. Açúcar**

A indústria do açúcar foi aperfeiçoando, mas os mercados continuavam muito inseguros: havia uma esperança - que parece ter sido vã - (1836) numa lei francesa abrindo a importação do açúcar bruto. A crise se tornaria secular, apenas com hiatos de melhores safras ou de melhores preços. Mas a tendência geral dos preços era a queda (em 1837, em libras esterlinas, um terço do preço de 1821, cujo nível só se estabeleceu, passageiramente, exatamente um século depois). Depois de C. Brandt, ou Pêdro Antônio Cardoso, muitos outros instalaram máquinas a vapor, melhoraram as variedades da cana. Certamente o esforço técnico poderia ter sido maior, além de continuado como foi: pouco cooperativo, mas tanto privado como público. Realmente, se era difícil se reunirem em associação, vemos que os bahianos não desanimavam: os Calmons, os Gonçalves Martins, os Cotegipes se repetiriam. Não faltou iniciativa e arrojo. As últimas invenções era experimentadas com avidez. Muitas foram feitas lá mesmo no Recôncavo. O engenho de Manoel Jacinto de Sampaio e Meio, de tão inovador, passou a ser reputado fantasista e conhecido como o “engenho da Filosofia”. Melhorou-se extraordinariamente o rendimento da lavoura, com a “caiana” (de 1 para 4), economizou-se lenha com novos processos, as novas máquinas reduziram as necessidades de animais e de braços, que já não vinham da África, e ain-

da eram vendidos para o Sul. E porque os pioneiros não eram imitados? porque o novo engenho importado pelo governo do Presidente Gonçalves Martins (antes de 1852) para venda, não encontrou comprador? É que certas condições internas desanimavam, como a dos transportes no massapê, e aquela apontada por Sequeira Bulcão (o número de engenhos crescera numa média de 3 anualmente entre 1728 e 1827). Com a lei deste ano, liberando completamente, a média subiu a 23, até 1834, segundo Gois Calmon. Ainda há a acrescentar a ostentação de muitos senhores. Mas sobretudo as condições desfavoráveis do comércio internacional vinham se acentuando. O sucesso desses senhores mais adiantados era relativo e não raro duvidoso. Os preços do açúcar e a competição favorecida de outras fontes não permitiam, de um lado, a capitalização essencial aos novos empreendimentos privados e públicos, e por outro não abriam perspectivas claras de amortização dos investimentos novos. O conselho do Marquês de Abrantes (Miguel Calmon) a Cotegipe, quando este tomou posse dos engenhos, ilustra a situação: “apenas ocorre-me um cuja eficácia abono. Nada compre fiado. Ainda outro - vá lentamente (quero dizer sem comprar máquinas e aparelhos

*“ Os preços do açúcar e a competição favorecida de outras fontes não permitiam, de um lado, a capitalização essencial aos novos empreendimentos privados e públicos, e por outro não abriam perspectivas claras de amortização dos investimentos novos... ”*

**“ Na Europa Continental, o açúcar de beterraba, terrivelmente protegido, elevava a sua produção, de 4% da produção mundial de açúcar no meado do século, a 68% na safra 1900-1... ”**

dispendiosos) empregando os meios, já mais ou menos conhecidos de poupar o excesso braçal...”

A insegurança era o signo do açúcar. Honra a Cotegipe que, desejando como tantos outros empreendedores, mais o gosto da experiência e do exemplo do que a segurança do patrimônio, se lança em instalações modernas e dispendiosas; um serviço para a indústria do açúcar de todo o Brasil, pois dessa experiência, “comêço da decadência da fortuna particular do seu fundador”, o Instituto Fluminense de Agricultura publicou um folheto de utilidade geral.<sup>31</sup>

O principal fator de tudo era o comércio internacional. O pequeno Portugal já não nos comprava com preferência, a não ser talvez o das ligações tradicionais ou de sangue entre as casas de negócio daqui e de lá.

A Espanha tinha suas colônias, que também (Cuba e Filipinas) recomêçavam a fornecer aos Estados Unidos e agora com progresso crescente. A Inglaterra tinha as Índias Ocidentais e a própria Índia. A França tinha as suas Antilhas. A Holanda acabava de desenvolver o parque açucareiro de suas Índias Orientais. É claro que êsses parques, tendo mercados assegurados pelas tarifas aduaneiras, pela navegação, pelo aparelhamento comercial e financeiro das grandes potências, podiam ainda imobilizar capitais em grandes conjuntos de produção e realizá-la numa escala tal, que seria de todo

impossível vencermos nós a concorrência. (A exceção foi o café, favorecido pelo desastre de Haiti, mais exigente de terreno, porque não se encontraram áreas coloniais tão propícias como as do Vale do Paraíba e terra roxa de São Paulo). Na Europa Continental, o açúcar de beterraba, terrivelmente protegido, elevava a sua produção, de 4% da produção mundial de açúcar no meado do século, a 68% na safra 1900-1, caindo embora depois, mas continuando sempre acima dos 30%, nos períodos normais”.

Nossa posição apenas se aliviava em anos de excepcional procura, de safras ruins ou perturbações nas áreas concorrentes, como parece ter sido o período de lutas em Cuba pela independência. A fôrça da produção cubana avultou depois com a “preferência cubano-americana”, a partir da última década de século – mais outro fator de consolidação da crise açucareira no Brasil. O Recôncavo não podia se salvar no mercado interno, dada a limitação dêste e a localização mais favorável dos canaviais de Pernambuco e de Campos e Baixada Fluminense, além de outras circunstâncias.

Entre 1873 e 1890, a crise no Recôncavo açucareiro, que já vinha de antes, se tornou aguda. Ela inspirou em 1888 a isenção total de impostos para o açúcar. Em meio da crise, 1879, o Presidente da Província contratou 6 “centrais”.

Outros empreendimentos se sucederam, sobretudo de 1892 em diante, com a relativa reanimação nos preços internacionais, e quiçá também a expansão monetária interna, com o seu efeito de capitalização forçada.

Assistimos nesse período a um esforço maior de reequipamento, com a instalação de várias “centrais”. Foi a época encabeçada por um grande empreendedor prematuramente falecido Jayme Vilas Bôas.

Fora anos excepcionais, a lavoura da cana pôde se manter um pouco mais pela queda do câmbio, mas nem isto a salvou. Sua nova oportunidade foi a guerra de 1914-1918.

## 4.2. Fumo

Quanto ao fumo, “elemento certo, constante, e de todos os tempos, desde os coloniais,<sup>32</sup> cultura que era “uma das mais valiosas desta Província,<sup>33</sup> apesar de ter sido sempre antes do pobre que do rico, sofreu com a redução do tráfico uma queda vertical: de 767 mil arrobas em 1815, para 64 em 1934 (tendo excepcionalmente no período atingido 800 mil em 1821). Cêrca de metade da safra, em fumo negro, rôlo, era o pagamento na África dos escravos, que em si mesmo era um grande negócio.

O fumo se desenvolveu a princípio nos “campos areuscos de Cachoeira”, mas especialmente São Gonçalo, Inhambupe, que parece ter sofrido o maior golpe, e Brejões.

Perdemos além disso o comércio continental europeu, com a Independência e o péssimo tratado com Portugal. O fumo em folha tinha garantido o mercado português, através do qual ia à Espanha a alhures. Não soubemos conservá-lo. Depois da Independência, tanto que, em 1835, Miguel Calmon reclamara ainda, como oportuna, a renegociação do Tratado, fazendo o confronto nosso com o comércio florescente entre os Estados Unidos e a Grã Bretanha. Todos os gêneros coloniais ficaram sem o apoio da preferência lusa, importante, na escala da época, enquanto eram excluídos ou desfavorecidos no comércio de outros países, particularmente da Inglaterra, que, apesar do tratado de 1810, “não consome produto algum nosso, afora o algodão”, segundo o testemunho de Miguel Calmon<sup>34</sup>.

Os esforços que vinham de Pomal<sup>35</sup> para enfrentar a concorrência do tabaco havanês prosseguiram. A

**“ O fumo em folha tinha garantido o mercado português, através do qual ia à Espanha a alhures. Não soubemos conservá-lo... ”**



**“ A situação do fumo só veio a melhorar e estabilizar mais tarde, com o desenvolvimento das fábricas de rapé, de charutos e de cigarros... ”**

Inglaterra preferia os fumos da Virgínia, a França o das Antilhas. Nós estávamos com a nossa principal rota de comércio para o “fumo branco”, cortada. Sofria ainda o comércio fumageiro das especulações em Gibraltar, e ainda os reflexos da epizootia entre 1829 e 1832, que devastou os rebanhos próximos e sacrificou o exerceo necessário às malhadas. Acrescentava ainda Miguel Calmon como um dos fatores secundários da crise o “doce prurido do ganho”, e mostrava que a importância vulgarmente atribuída aos impostos não era considerável.

A situação do fumo só veio a melhorar e estabilizar mais tarde, com o desenvolvimento das fábricas de rapé, de charutos e de cigarros,<sup>36</sup> que aliás importavam fumos: a fábrica de Areia Preta “preferia comprar aqui as 300 a de Virgínia”, diz Miguel Calmon, que apresentava um programa de aperfeiçoamento da lavoura fumícola.

As malhadas foram melhorando o produto e fornecendo mais às indústrias crescentes. Ao lado disso, a guerra de Secessão favoreceu nossa exportação. A expansão do consumo mundial no final do século foi outro fator favorável, dando margem para todos, apesar da superioridade de Virgínia, de Cuba, e das Índias Orientais Holandesas, e do próprio desenvolvimento da produção europeia na faixa mediterrânea. Uma outra guerra nos favoreceu: a da independência de Cuba. Com o desenvolvimento do comércio alemão, desprovido ao menos relativamente de colônias, chegamos a consolidar

o mercado da Europa Central. O consumo mundial se ampliou. E as peculiaridades dos fumos bahianos contribuíram para manter a preferência de muitos fumantes. E assim, ampliado o consumo interno, e restaurado o mercado mundial, depois de longo processo e várias peripécias, chegou o fumo no final do século a ser o nosso principal produto de exportação, atingindo em 1902 a sua maior exportação.

Mas, tal como outros produtos tropicais - a exceção única no nosso caso foi a do café - encontraram-se nas colônias terrenos favoráveis. A técnica e o capital dos grandes países mercantis haviam certamente de voltar-se para elas e não para os “Campos de Cachoeira”. Assim, nas Índias Orientais Holandesas as culturas do fumo se desenvolveram largamente. Em Sumatra, de 50 fardos em 1864, já em 1903 produziam 255.000. Java passava de 182 em 1890 para mais de 400.000 em 1910.<sup>37</sup>

### 4.3 Algodão

O algodão, em 1835, estava estacionário, se não regredindo, segundo Miguel Calmon, e prosseguiu aproveitando algumas oportunidades ocasionais, nenhuma porém como a da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, quando o algodão atraiu tudo, e foi um mal depois.<sup>38</sup> A indústria terá favorecido, depois do meado do século, e já antes a indústria mineira, desenvolvida sob a proteção da distância dos portos, a produção do algodão no sertão bahiano. O Sertão de Caiteté fornecia mais a Minas que à Bahia, para cujas fábricas o algodão importado era mais acessível.

Pequeno o mercado interno, continuava o produto na dependência do externo, incerto, em geral adverso, pelas mesmas razões apontadas ao tratarmos do fumo e do açúcar, apesar do aumento do consumo mundial.

No comêço deste século, o algodão bahiano havia declinado a ponto de não chegar a suprir as próprias fábricas no Estado. O transporte para o sertão devia ter sido o grande fator negativo.

### 4.4. Café e cacau

Hartt observa, na fase de prosperidade do café no sul país, que na região costeira e Recôncavo, a irregularidade das estações não o favorecia.<sup>39</sup> O café que em quantidade relativamente pequena foi sendo exportado vinha a princípio quase exclusivamente da extremo sul do Estado, da Colônia alemã para cima de Caravelas, a qual teria fracassado com a abolição da escravatura.<sup>40</sup> Depois ganhou o café os municípios da orla do Recôncavo e algumas roças isoladas aqui e acolá, como as que criaram esplêndida variedade do “café da Chapada” (Diamantina). Mas só excepcionalmente se observou o regime de maiores plantações como as do Vale do Paraíba.

A produção foi pequena, mas das que contribuíram pela variedade, para reduzir o desequilíbrio na economia exportadora do Estado. Essa produção, porém, chegou a avultar nas quadras dos preços altos, preponderando em parte entre 1893 e 1903, sendo a maior safra em 1898. Sua importância comercial foi sustentada pelos esquemas de valorização posteriores ao Convênio de Taubaté, mas isto não impediu a decadência das lavouras.

O cacáu surgiu aos poucos, tomando vulto depois de 1890. E foi providencial. Abriu uma nova fase em nossa economia. As exportações sofriam uma crise cada vez maior. A exportação do cacáu só em 1838-39 superou 1.000 sacas (1.322). No período inicial parecem ter tido influência considerável os alemães da fracassada colônia estabelecida no Rio Almada, por ocasião da independência, bem como espanhóis fixados no rio Cachoeira, ao lado do elemento nacional. Garimpeiros das “lavras” precisavam de emprêgo. A população crescente do Recôncavo e municípios vizinhos encontrou uma esperança. A zona cacauera, sobretudo Ilhéus e Itabuna, mas também desde a Barra do Rio de Contas até Belmonte, atrai os mais enérgicos aventureiros disponíveis, inclusive de Sergipe.

Em 1893 se registrou uma exportação superior a 100.000 sacos. Em

*“ ... as condições ecológicas eram excelentemente propícias ao cacauero, mas o custo e a dificuldade dos transportes, [...] e descuidados pelo caráter sinecurista dos orçamentos públicos, retiravam grande parte do que a terra oferecia aos pioneiros, e estimulavam os intermediários... ”*

1911 superou a 500.000 sacas. A Bahia sucedeu ao Equador em 1905 como maior produtor mundial, competindo com S. Tomé. Para o fim do século em diante, as tradicionais plantações do Pará se haviam desorganizado até o quase aniquilamento pelas cheias e pela atração da borracha. Mas, as plantações coloniais africanas concorrentes começaram a se preparar. Não obstante exportar cerca de 1.000.000 de sacas em 1920, a participação no comércio mundial diminuía.

Na região que se abria, depois de três séculos de inospitalidade da floresta e do indígena, as condições ecológicas eram excelentemente propícias ao cacauero, mas o custo e a dificuldade dos transportes, difíceis pelo terreno, salvo o aproveitamento de alguns trechos fluviais, como o Jequitinhonha, e descuidados pelo caráter sinecurista dos orçamentos públicos, retiravam grande parte do que a terra oferecia aos pioneiros, e estimulavam os intermediários.

Não faltaram tentativas de racionalização da cultura e do tratamento da amêndoa do cacau, muitos fazendeiros procuraram inovar, adaptar processos usados em outras circunstâncias, inventar melhores sistemas de barcaças, tableiros e até

estufas.<sup>41</sup> Muito precária, ou ao menos lenta, é a experimentação individual e isolada, que frequentemente leva ao desânimo e ao descrédito, pela perda de dinheiro.

Este fato deve explicar, ao menos em parte, a resistência do nosso lavrador comum às inovações. É que faltou a experimentação pelas estações oficiais e um trabalho de informação e de assistência técnica, além do crédito e estímulos para essas instalações.

O transporte, as condições gerais de negócio e a ignorância de grande parte dos plantadores, o número destes, impediam um melhor tratamento do cacau. A qualidade sempre foi baixa na grande massa das exportações. Cerca de 3/4 não atingiam o tipo “superior”. A padronização era difícil, quase inexistente, apesar da manipulação dos depósitos de exportação. Não parece, porém, que a fraude tenha sido um fator importante, como em outros produtos.

Entrementes, a procura mundial crescia. A Bahia foi vencida pela Costa do Ouro, depois de 1910. Este fato, porém, e a própria instabilidade dos preços, não anularam a vantagem do cacau relativamente a outras culturas, e a produção bahiana foi também crescendo. Em 1935 estava duplicada a cifra de 1920. Mas nessa época a Costa do Ouro já atingia mais do duplo da produção brasileira.

Destaquemos como traços característicos dessa história atual, que é outro episódio admirável de desbravamento, em que o comércio e o homem do povo não foram assistidos de orientação e facilidades: as flutuações de preços e mercados que, associados à falta de transportes, de comunicações, de crédito e à impossibilidade de armazenamento, permitiam o fácil controle pelos importadores estrangeiros e o melhor proveito dos grandes intermediários e únicos financiadores e informantes; a imprevidência e megalomania de grande parte dos lavradores nas épocas boas: o completo abandono das produções de abastecimento em razão do próprio sistema, o que pode-

ria ter sido suprido em parte por uma política corretiva; e afinal o fato de que, numa zona despreparada, em vez de promover o Estado as inversões públicas necessárias a utilizar toda a produtividade potencial da zona, ele lançou mão avidamente das receitas do cacáu para cobrir as aperturas crônicas de um orçamento sobrecarregado com um grande território carente de pequenos e estéreis auxílios, e sobretudo com a necessidade de dar empregos públicos a desempregados de todas as categorias. Foi o Estado um fator de descapitalização e até hoje a zona do Sul, que é o novo núcleo econômico do Estado, não superou certas precariedades iniciais, nem mesmo a melhor integração com o Sudoeste e o Recôncavo.

#### 4.5. Minerais

Na exportação, um fato novo foi de grande importância: a redescoberta do diamante. Diamantes haviam sido achados na Bahia, no período colonial. Há referência, por exemplo, às minas de Jacobina, em 1755, mas foram todas interditas. “Delas se perdera a memória, até que em 1822, Spix e Martins tornaram a achar as jazidas de Sincorá. Em curto prazo, toda a Chapada Diamantina revelou suas prodigiosas riquezas em gemas; novos “placers” foram encontrados.”<sup>42</sup>

Foi em 1842, que a Lavras Diamantinas se revelaram. E a exploração ali foi mais importante do que as cifras revelariam, porque grande parte se exportava de contrabando.<sup>43</sup>

A lei de 6-9-1852, facilitando o regime de exploração mineira, e a de 26-9-1867, revogando a proibição aos estrangeiros, parecem ter estimulado a mineração.

A prosperidade das lavras e esse grande esteio para a Bahia, só foram abalados, mas então seriamente, com a descoberta das grandes minas da África do Sul, a partir de 1867. Depois deste fato, ainda continuou, porém mais modesto, e muito incerto, o comércio de diamantes, aliás até hoje. Os carbonados vieram aliviar a situação. Encontravam-se com os diamantes, mas não tinham valor. A

**“ Fora dos  
diamantes,  
a contribuição das  
demais minas foi muito  
secundária; o ouro  
sempre pingou  
alguma coisa... ”**

partir de 1870, começaram a ser comprados por preço modesto para corte de diamantes, polimentos, etc. Depois, sua aplicação industrial avultou, sobretudo a partir da perfuração do Túnel de São Gotardo, e por ocasião da abertura dos canais de Suez e do Panamá. Tornou-se então um negócio altamente lucrativo, de que a Bahia era praticamente o único detentor, pois a contribuição de Bornéio foi muito pequena. Os carbonados começaram a rarear, e a queda de produção por volta de 1900 era sensível, enquanto a procura mundial crescia. O preço entre 1895 e 1908, embora variando desde 25 dólares, chegou a altura de 85 dólares o quilate. Êsses preços de monopólio perduraram com a primeira guerra, mas pouco se encontrava para exportar, e logo depois os carbonados quase desapareciam das cotações, substituído no seu emprêgo por produtos industriais.

Seu grande acontecimento foi o achado em Brejo da Lama, em 1895, vendido nas lavras por 114 contos, na Bahia por 121 contos e nos Estados Unidos por 32.000 dólares.<sup>44</sup>

Calculavam-se os embarques anuais de carbonados da Bahia na entrada dêste século, entre 4 e 5 milhões de dólares, enquanto tôda a exportação de diamantes do Brasil em 1906 teria sido de 5 milhões.

Fora dos diamantes, a contribuição das demais minas foi muito secundária; o ouro sempre pingou alguma coisa. Outras muitas e variadas jazidas, distantes e mal conhecidas (ainda hoje) eram riquezas em potencial. Os depósitos de turfa de Maraú, “que têm atraído tanta aten-

ção”, determinaram a organização de uma companhia inglesa, depois de animadoras análises nos Estados Unidos e Europa, e de cuja constituição, Hartt já dá a notícia.<sup>45</sup> Vemos depois que essa Companhia Internacional de Maraú produzia no fim do século, ao lado de velas em larga escala, o “petróleo” (querozene) de marca “Brazolino”. Sua história, se está feita, não conheço, e seria quicá uma das mais interessantes monografias para a história econômica da Bahia. Em que medida fatores internacionais resolveram a sua sorte?

A tradição local, segundo dois depoimentos autorizados que ouvi, é de que o fracasso da refinaria se deveu a um desentendimento do gerente inglês John Grant, denominado no local João Branco, com os operários, do que resultou um ambiente de terror e o abandono da empresa tropical, apesar de ser ela remunerativa.

Antes, porém, teriam os ingleses verificado que as retortas instaladas segundo um modelo desenvolvido para as tufas duras e pobres da Escócia, eram inadequadas para a maraúta, pois só retiravam cêrca de 5% de um minério com teor acima de 30%. A companhia distilou então, longo tempo, óleo cru importado. Foi assim, de qualquer maneira, a primeira destilaria de óleo no país.

Liquidada a Companhia Internacional, depois do incidente, ficou o seu acervo com a Companhia Extrativa Mineral Brasileira, fundada em 1891, e que passou ao contrôlo do Com. Augusto Ferreira, um grande empreendedor bahiano que teve grande influência de Mauá.

Anos depois, o Com. Ferreira procurou associar novos capitais na Europa, tendo seu intento frustrado com a I Guerra. Retomou-o logo depois do Armistício, trazendo um especialista americano e tentando voltar a produzir, mas o rendimento das máquinas não o permitiu. Encarregou a uma firma de Hamburgo o estudo de novas instalações. A morte porém o levou e desde então sucessivas dificuldades impediram aos herdeiros e ao próprio Governo do Estado de reviver o empreendimento.<sup>46</sup>

Ainda hoje, porém, avultam, no cenário devolvido à condição primitiva, ruínas impressionantes dêsse empreendimento.

No começo do século atual, surgiu uma fase, das areias monazíticas, das quais já antes da guerra de 1914 exportavam das praias do sul do Estado uma quantidade pequena registrada nas estatísticas, mas a tradição oral referia longas quantidades carregadas como lastro pelos navios, sobretudo alemães, nas praias desertas.

Já perto, na guerra de 1914, houve um surto de manganês (Santo Antônio e Jacobina), para não entrar nos mais recentes acontecimentos no setor da mineração.

Certo é que não faltaram idéias e iniciativas, desde a de Agostinho Gomes nos primeiros anos do século.

No meiado, Antônio de Lacerda, figura que ainda não conquistou o relêvo a que faz jús em nossa história, é uma expressão de ciência e de empreendimento, voltada para os recursos da Bahia. Ele é o homem a quem os cientistas estrangeiros se dirigem, e que a êles fornece uma série de revelações sôbre a geologia bahiana. É o homem também dos maiores empreendimentos industriais da época. Não visando fruir, mas produzir, suas sucessivas empresas não serviram a êle nem aos seus.

#### 4.6. Outras catas

Coincidiu com o surto do cacáu um outro, menos considerável embora, e que favoreceu outras zonas nos últimos anos do século passado e primeiros dêste: o da borracha. O sertão possuía maniçobeiras e mangabeiras, das quais também se extraia precioso leite que, embora inferior ao da seringueira da Amazônia, ainda obtinha preços fabulosos.

A principal espécie explorada na Bahia era a chamada maniçoba de Jiquié, existente no Sul do Estado, cujo produto era o primeiro cotado em Londres depois da borracha de seringueira. O quilo do produto sêco rendia para o produtor cêrca de cinco cruzeiros em 1909. Um homem cortava por dia até 300 árvores, com rendimento médio de 100 a 200 gramas por árvore, o que dava um pou-

co menos da quarta parte em produto seco.<sup>47</sup> A produção diária de um trabalhador chegava a 10 K, para mais, ou sejam superior a 50 cruzeiros daquela época no ano melhor. Desde 1890, porém, os preços foram muito favoráveis, declinando depois de 1910.

As condições do trabalho nos mançobais bahianos eram mais favoráveis do que as da Amazônia. O número de árvores cortadas, quando havia densidade, o terreno, a coagulação ao ar livre e o custo da vida eram mais baixos. Apesar do preço menor (8 s. para a maniçoba, 9 para a hévea no final de 1908), sua extração era talvez mais rendosa que a da seringueira. Mas sua frequência era pequena.

Apesar de certo esforço de cultivo,<sup>48</sup> a Bahia não podia contribuir com muito para o mercado. A fraude imperou nesse comércio<sup>49</sup>, como aconteceu também na Amazônia. Mas não foi este o fator do fracasso, e sim a competição da hévea do Oriente. Os preços caíram e com a abundância do produto melhor, a crise para a maniçoba veio antes do que para a seringueira.

Muitos outros produtos extrativos, como o sal, a araroba, o azeite de baleia, as peles de cabra (além das de boi), a carnaúba, ipeca, tucum, piassava, figuravam sempre numa grande variedade e numa frequência irregular nas exportações bahianas.

#### 4.7. Abastecimento

Retomando o quadro que bosquejamos para o período inicial, a situação do abastecimento terá melhorado no final do século. Mas, continuava sujeita às irregularidades crônicas.

Os rebanhos se desenvolveram na Bahia desde o I século. As regiões pecuárias continuaram a expandir-se, apesar das secas, pragas, salvo talvez a do São Francisco, durante o período considerado.

A Bahia se autoabastecia e exportava gado, pelas divisas Norte, embora o importasse para engorda do Norte de Minas. É provável que seu balanço de carne fosse favorável, apesar de continuar durante todo o

período a importação de xarque do Rio Grande.

Para alimentação, se desenvolveu também um rebanho ovino numeroso (o segundo do Brasil), conquanto de pequeno porte. Era o gado do pobre, como a cabra. Esta chegou a proliferar, como uma providência, nos sertões agrestes, constituindo o primeiro rebanho do Brasil. Sua influência na alimentação popular foi e é sensível, não obstante os rebanhos caprinos serem de baixos característicos para carne e para leite. Ofereceram êles, ainda, um produto reputado de exportação, graças à secura do ar do Nordeste - as suas peles, notadamente a variedade denominada "Uauá".

A exportação de couros e peles, um esteio da economia regional, constituiu um sub-produto regular dos rebanhos.

A pesca foi outro grande recurso. Para a rala população da costa e da boca dos rios, ela foi abundante. No Rio São Francisco também não faltava pescado.

A pesca da baleia foi uma importante indústria, e ela não fornecia apenas óleo. Pescava-se ainda no começo deste século de 350 a 450 baleias por ano. A pesca da garopa chegou a ser florescente em Pôrto Seguro. Na costa, a impressão dos viajantes era de vida fácil. Ainda hoje o é em lugares mais saudáveis e com pouca gente.

Mas é fora de dúvida que eram empregados tradicionalmente métodos distribuidores. E não se desenvolvia, se não muito limitadamente (caso surubim, no S. Francisco, e o camarão seco, no Recôncavo), a prática da conserva. Importavam-se então grandes quantidades de bacalhau português, que também atendiam a hábitos culinários tradicionais.

A crise dos produtos de exportação e o aumento das populações teriam levado ao desenvolvimento das economias fechadas de auto-abastecimento, fomentada pela cultura de quintais e chácaras. Há também uma razão ecológica. Culturas que se adequavam facilmente à região costeira, úmida e florestal, não encontravam escoamento no comércio: jaqueira,

fruta-pão, e outras fruteiras, inclusive a laranja e a banana que hoje são comerciáveis. O café, com a irregularidade das estações, não progredia muito. O cacau veio depois. O resultado é que as condições locais, favorecidas ainda pela pesca, fomentavam a pequena economia fechada.

Quase toda a alimentação consumida não passava pelo mercado, e quando aparecia, nas feiras municipais, se cotava a preços muitos mais baixos do que os vigorantes nos centros maiores.

As matas são um fator de suficiência local, salvo em algumas zonas. O comércio das madeiras, florescente e outras épocas, sobretudo do "brasil" se reduzira. Mas as matas forneciam lenha, carvão, material para casa e todos os utensílios, e para as construções navais.

Essa variedade de produção tornava relativamente fácil a vida no Recôncavo e litoral e no sertão menos assolado pelas secas.

A variedade de recursos de abastecimento, num sistema de economias fechadas e de serviços domésticos, perturba até hoje as comparações de padrões de vida, particularmente de alimentação, bem como falseia a comparação da renda social.

Entretanto, continuava o abastecimento a sofrer a precariedade e irregularidade de certos fatores, principalmente dos seguintes: - os grandes preços dos produtos de exportação, que desviavam trabalhadores

*“ Culturas que se adequavam facilmente à região costeira, úmida e florestal, não encontravam escoamento no comércio: jaqueira, fruta-pão, e outras fruteiras, inclusive a laranja e a banana que hoje são comerciáveis... ”*

“ Do lado do interior que fornecia farinha e outros gêneros, o menos protegido e que pagava mais caro as importações, a queixa era permanente... ”

e fazendeiros das culturas de abastecimento; - as sêcas nos Estados do Nordeste, que provocavam intensa procura de farinha e outros gêneros na Bahia, e resultavam em carestia; - as sêcas e as epidemias no próprio Estado (a febre amarela, a variola, e o cólera, que devastou no meiado do século, além do paludismo), diminuindo a produção; - as deficiências de transportes de armazenagem e de crédito, impossibilitando estoques e fomentando a especulação dos intermediários; - o baixo padrão social e político da agricultura de abastecimento, subordinada ao prestígio dos senhores de engenho e das populações consumidoras urbanas, que forçavam medidas arbitrárias ou imediatistas em prejuízo dos pequenos agricultores. Talvez dos únicos atos que revelem uma reação seja um que, apoiado ou inspirado na campanha abolicionista, dá preferência à produção de trabalhadores livres, na segunda metade do Século.<sup>50</sup>

O normal, porém, é a sucessão de gritas dos consumidores e de gritas dos produtores, enquanto nas zonas mais prósperas, como se tornou o caso típico da cacauieira, os trabalhadores ganham mais, mas passam relativamente pior, embora sejam mais capazes de importar confortos convencionais e superfluidades.

Do lado do interior que fornecia farinha e outros gêneros, o menos protegido e que pagava mais caro as importações, a queixa era permanente e nunca poupava o govêrno:

*Governo novo  
tá na Bahia.*

*Matando o povo  
na mercadoria*<sup>51</sup>

No final do século, o dramático episódio de Canudos desorganizou a produção do Nordeste, agravando quiçá o seu empobrecimento. Mas as tropas e os fornecimentos militares espalharam muito dinheiro, em proveito ao que parece do comércio da capital e outras cidades. Resultou a carestia e mais uma vez a farinha ficou pela “hora da morte”. Foi assim também um dos fatores ocasionais de crise de abastecimentos.

### 5. Obras públicas

As grandes obras ou serviços públicos requeridos para o desenvolvimento da Bahia encontravam frequentes iniciativas, mas arrojadas e temerárias, face ao vulto dos capitais locais, Também as tendências econômicas, e quiçá as más administrações (pois melhores deviam ser em face daquelas condições gerais menos animadoras), sem embargo de figuras excepcionais como Gonçalves Martins e J. M. Wanderlei, não atraíram o capital forasteiro, como o Sul, lá pelo fim do século. É enorme e admirável, porém, a lista de projetos e de realizações, em que avultaram as obras do pôrto na quadra de 1830-40, a Estrada de Ferro visando o São Francisco (1858 em diante), novo atêrro em 1867, companhia de carris, 1869, a estrada de ferro (Central da Bahia) que deveria alcançar Santa Isabel do Paraguassú, e ponte sôbre o Rio Paraguassú (1884), Estrada de Ferro Nazaré, concedida em 1870, o novo projeto de docas, objeto de uma companhia fundada em Londres por Mauá, a qual se dissolveu em face de “moras e complicações da administração” (1870), as companhias sucessivas de navegação no Recôncavo e litoral ao longo do século, o Serviço de Navegação do São Francisco, a Cia, de Gás, autorizada em 1861, os planos inclinados e os elevadores, a estrada de ferro de Santo Amaro, mais tarde a de Ilhéus-Conquista, e afinal as vultosas obras do pôrto da Bahia, a partir de 1911. Os faróis da Bahia, Morro de São Paulo e Abrolhos, ao lado de

melhoramentos nos portos, caminhos no Interior e linhas telegráficas, foram trabalhos do século passado, não continuados quiçá, na mesma progressão, neste século. Muitas dessas obras pioneiras se fizeram concluindo a redução dos indígenas nos sertões da Ressaca e da Conquista, onde ainda no comêço dêste século se subjugavam e extinguíam aldeamentos selvagens. Essas realizações materiais contribuíram consideravelmente para dominar a paisagem difícil do Estado, abrindo caminho para realizações presentes, e se mais não puderam alcançar, não se deve tanto às más administrações, mas sobretudo às condições econômicas gerais da Província e Estado, que não asseguravam a amortização dos capitais requeridos.

### 6. Indústria<sup>52</sup>

Além da do açúcar, vemos o florescimento das de produtos do fumo, estas urbanas (Capital e Cachoeira a principio). Em 1835, falava-se na “indústria nascente de fazer charutos”, antes importados da Havana, Nova York e Gibraltar. Mas a de rapé já era ampla, e a Bahia tinha monopólio. Contava a Bahia três fábricas, e já no ano seguinte referia o mesmo informante mais uma.

Um suíço teria aperfeiçoado a técnica indígena.<sup>53</sup>A fábrica de cigarros Leite & Alves, filial do Rio, foi estabelecida em 1856, e a de charutos Danemann, em 1873, mas antes havia pequenos fabricos.<sup>54</sup>

Na indústria de tecer, Calmon (1836) se refere a uma, “a braço”, no Cabeça. A importação, só de tecidos de algodão, em 1835, era de 3.984 contos: 47% da importação bahiana, em que todos os tecidos participavam com 65% Pernambuco já tinha uma fábrica “em grande escala”.

Depois se foram instalando outras na Bahia, para panos grossos as quais cresceram em número e certamente em qualidade de artigos, depois da revogação do Tratado Inglês em 1810, pela clarividente ação do Ministro Alves Branco, que era um bahiano, em 1844. Uma dessas fábricas, a de Valença, ficou conhecida no meiado do século, como “a

melhor em todo o Império e talvez Sul América”<sup>55</sup>. Terá sido sucedida, na importância do empreendimento, pela Fábrica Luís Tarquínio, na Boa Viagem, de que trataremos adiante.

Até 1890, há notícia de mais nove fábricas instaladas na Bahia. Mas as condições locais não poderiam, por um lado, ser muito favoráveis, dada a crise na maior parte da década de 70 e quase toda a de 80.

Em 1890 e 1891, criam-se cinco companhias do ramo têxtil: a União Fabril, consórcio de cinco fábricas existentes, uma de capitais bahianos, estabelecida em Sergipe, Estância; outra - a poderosa Companhia Progresso Industrial da Bahia, com 10.000 contos de capital, é a mais notável de todas, a empresa de Luís Tarquínio: a Companhia Empório Industrial do Norte. Esta empresa construiu o conjunto fabril que terá sido o mais moderno naquele momento, e a experiência social mais avançada da época. Luís Tarquínio, tendo o apoio de um outro homem esclarecido, Leopoldo José da Silva, ambos enriquecidos no comércio, começou realizando uma larga obra de saneamento, planejou sua fábrica, rejeitando as comuns ofertas de fábricas completas e escolhendo a melhor em cada centro ou de cada experiência, e, ao mesmo tempo, projetou a vila operária, que já teria sido inaugurada (naturalmente a primeira parte) em 1892, na qual, utilizando as sugestões de idéias e experiência socialistas do Seco XIX, instituiu realmente um sistema original de valorização do trabalhador e de estímulo à eficiência. É uma experiência realmente admirável, espantosa. (O livro de Péricles Madureira de Pinho deve ter maior divulgação, inclusive em versões para a infância e a juventude).<sup>56</sup>

Em outros ramos, encontramos em Miguel Calmon (1836) referência a fabricos de cerveja, de vinagre e de livros em branco, além de ferrarias, cujos produtos, mais caros naturalmente que os ingleses, eram porém, como o portugueses, preferidos a eles.<sup>57</sup> As telhas e louças de Nazaré e Aratupe já tinham fabrico regular e reputado de há longo tempo.

Kidder fala numa boa serraria de Valença, que faria materiais mais elaborados.<sup>58</sup>

Em 1841, uma “Companhia para introdução e fundação de fábricas úteis”, não vingou, pois “faltava o indispensável aparelhamento bancário”.<sup>59</sup> No mesmo ano, com um privilégio provincial, em 1843, houve uma iniciativa de fábrica de papel. Teve que vender os maquinismos pouco depois.

Em 1869, Aristides Novis & Cia. obtém um outro privilégio para uma fábrica de papel.

Em 1860 inaugurou-se a fábrica de chapéus Bastos & Cla., com 250 operários.<sup>60</sup>

Em 1891 cria-se outra empresa de chapéus com 1.500 contos. Em 1872, havia quatro fundições destacáveis. Em 1877, privilégio da Companhia Salinas de Margarida. Em 1861 houve uma Exposição em que os produtos industriais bahianos figuravam. Entre 1890 e 1891, fundam-se para outros ramos afora os referidos, uma série enorme de empresas, para serraria e mobiliário, biscoitos, álcool, carruagens, etc. Nessa fase chamada do “encilhamento”, ainda mal estudada no Brasil, as empresas estabelecidas na Bahia apresentaram um coeficiente de solidez relativamente elevado. Foi uma época construtiva, em suma. Depois, contavam-se no Estado 123 fábricas. Certo é que a expansão monetária foi a excessos desastrosos, mas atendia inicialmente a necessidades do país que, por um lado saía do trabalho escravo para o regime das “fólias de pagamentos”, e que requeria mais numérico em circulação; e, por outro, precisava abrir novos meios de vida para substituir a crise das lavouras e das exportações. Ruy Barbosa teve o mérito de bem compreendê-lo, superando os preconceitos de raiz colonial: sua política monetária e aduaneira partia dessa consciência. Pena é que, na sua curta e agitada gestão, não tivesse levado a cabo sua experiência, e que a inflação tivesse sido deixada a excessos que ele procurava prevenir.<sup>61</sup>

Em 1912, os estabelecimentos industriais reputados “grandes” (uni-

**“ O desenvolvimento da indústria no Sul não encontrava paralelo na Bahia. As razões principais parece-nos terem sido: ritmo fraco de capitalização, a decadência política da Bahia na República, efeito e novamente causa, as dificuldades de transportes, e a carência de energia... ”**

camente, ao que parece, os sujeitos ao imposto de consumo), eram 83 na Bahia (12º no Brasil), mas com um capital de cerca de 28.000 contos (7º lugar), e uma produção de 25.000 contos (8º lugar), e com 10.009 operários (8º lugar).<sup>62</sup>

A indústria bahiana também se aproveitou da 1ª. guerra mundial, mas numa escala menor, pelo estado de desânimo em que estava anteriormente. A porcentagem da Bahia no total da indústria nacional, apurada no Censo de 1920, em capital aplicado (3,5%), força motriz (4,0%), operários (5,7%) e produção (2,8%) caiu no Censo de 1940 para respectivamente 1,9%; 2,3%; 3%; e 1,3%.

O desenvolvimento da indústria no Sul não encontrava paralelo na Bahia. As razões principais parece-nos terem sido: ritmo fraco de capitalização, a decadência política da Bahia na República, efeito e novamente causa, as dificuldades de transportes, e a carência de energia, que, para vencê-las, não encontravam recursos na economia colonial bahiana, as quais terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração. Todas estas causas estão intimamente relacionadas entre si e ainda com outro fator, que é frequen-

**“ O espírito de iniciativa e indústria, tão vivo e tenaz na história ainda recente da Bahia, havia de desencorajar-se e evadir-se em grande parte... ”**

temente personalizado nas figuras de Pedroso de Albuquerque e Pereira Marinho, e de outros ricos comerciantes, salvo talvez Aristides Novis, antes e depois dêles: os quais, sendo os financiadores, e acumulando capital em sólidos estoques e em seguras operações, acostumados aos azares dos negócios na Bahia, eram os arrematantes de lavradores e industriais nas crises intermitentes, os grandes compradores por “10 réis de mel cuado”, nos frequentes momentos de abertura. Dêles recebiam terras, os engenhos e as ações das fábricas.<sup>63</sup> O interesse dêles nos empreendimentos de produção era secundário, quando não fosse nulo. Não tinham tirocínio industrial. O espírito de iniciativa e indústria, tão vivo e tenaz na história ainda recente da Bahia, havia de desencorajar-se e evadir-se em grande parte. E com isto, a natural perda da experiência industrial; enquanto a indústria evoluía noutras partes.

A história industrial da Bahia e mesmo do Brasil, porém, está por fazer-se.

Infelizmente não encontramos mais amplas fontes de documentação sobre as pequenas indústrias, naturalmente variadas, que deveriam existir na Bahia no começo do século XIX, e como elas foram afetadas pelas alterações econômicas do novo século, particularmente o Tratado de 1810 com a Inglaterra (tarifa aduaneira básica de 15%, que vigorou até 1844). As observações referentes a outras partes do Brasil não deixarão de ser válidas para a Bahia.

Mas a influência é evidente. E a referência de M. Calmon à concorrência das enxadas britânicas às bahianas, que eram preferidas, embora mais caras, como não podia deixar de ser, esclarece o problema. Nessa quadra e até recentemente, a tarifa aduaneira dos Estados Unidos impedia a concorrência de similares ingleses muito mais baratos.

Parece-nos claro que não pode deixar de ter desencorajado, quando não impossibilitado, o desenvolvimento do artesanato e da indústria na Bahia, a política livre-cambista imposta pela Inglaterra e favorecida pelas idéias acadêmicas, e pela falta de informação sobre os fatos, na época. Miguel Calmon, senhor de engenho de visão geral, porém, reclama: “Alguna proteção de mais às fábricas, que a despeito de tantos inconvenientes, estão sendo fundadas, entra igualmente na classe dos meios favoráveis ao nosso intento. A indústria nascente carece dessa proteção: os povos mais cultos deram antigamente, e ainda hoje oferecem exemplos do que vos digo. Não apliquemos os princípios da liberdade do Comércio, até o ponto extremo de estorvar, que se avigore a nova Indústria Nacional”.<sup>64</sup> Era u’a manifestação de quem contrariava fortes preconceitos da época.

Só revolucionários, como os federalistas’ do Forte do Mar, (1833), depois de condenar a permissão de estrangeiros no comércio a retalho, avançavam: “e também devem sofrer grandes direitos tôdas as obras feitas importadas para esta Província, a fim de em nada prejudicar as fábricas e oficinas de marceneiros, alfaiates, sapateiros e a todos que tiverem estabelecido qualquer ramo de indústria na Província, mesmo sendo estrangeiro”.<sup>65</sup>

Embora a tarifa de 1810, cobrada sobre pautas de valores, tivesse sido às vezes de incidência realmente maior, quando ocorreu baixa de preços, a regra parece ter sido o inverso, segundo Palmela, citado por Oliveira Lima: dos direitos não se percebia senão “metade ou menos” em consequência da fraude nas avaliações; o pior da tarifa, segundo um documento francês,

era o sistema “odioso, vexatório”, o qual obviamente dificultava também as importações essenciais, como de resto ainda hoje, e assim não tinha efeito protetor.

Oliveira Lima aponta o efeito ruinoso do Tratado sobre as incipientes manufaturas nacionais, citando o lúcido Hipólito da Costa e seu “Correio Brasiliense”. Deve-se ainda prestar atenção ao efeito dêsse ato sobre a imigração: suas possibilidades seriam limitadas face à concorrência dos produtos importados. O mesmo O. Lima, conquanto não a propósito do Tratado, cita Tollenare sobre as poucas profissões (serviços locais por sua natureza), únicas para as quais havia oportunidade para estrangeiros.

No final do século, Oliveira Martins, estudando a experiência brasileira, acentua o “caráter colonial” de nossa economia fazendo paralelo com os Estados Unidos. Diz êle: “Abandonando pelo plantio d’êsse arbusto enriquecedor (o café) a cultura e o fabrico dos gêneros essenciais à vida interna de uma nação, prostrai a sua vida colonial, adia para mais tarde a sua definitiva constituição econômica. As teorias da livre-troca, olhando apenas para o lucro imediato, esquecem as necessidades futuras.”<sup>66</sup>

## **7. Comércio, finanças e condições gerais**

O comércio da Bahia avultou com o desenvolvimento da navegação a vapor e a abertura dos portos. Já em 1824 contavam-se 19 trapiches, situação talvez só igualada pelo Rio, então pôrto do café. Os negociantes estrangeiros aflulram em grande número frequentemente como agentes de grandes casas, sobretudo inglesas, mas também francêsas e alemãs, e trazendo crédito. De sua influência, sem falar nos portugueses (não creio que da falta de comerciantes brasileiros), parece ser uma expressão os 4 nomes anglo-saxões numa comissão de 6, nomeada pelo govêrno da Sabinada para gerir os armazéns tomados aos “marôtos”.

Já vimos a posição do comércio no crédito e no contrôlo da lavoura e de indústria.

**“ Pela falta de crédito, e pelas outras condições internas e externas de nossa economia, o comércio, se em parte financiava fregueses, mesmo na crise, e os aliviava do pior, em parte se locupletava dos paradeiros e das aperturas... ”**

Não se pode, entretanto, desprezar o papel que êle teve com os longos adiantamentos que fazia ao Interior até há bem pouco tempo. Êle era o batedor dos caminhos e o correio das notícias e das Idéias” (A história do caixeiro-viajante ainda está por ser escrita, e não tem pouco de romântica, ao lado de sua grande importância econômica e cultural). Pela falta de crédito, e pelas outras condições internas e externas de nossa economia, o comércio, se em parte financiava fregueses, mesmo na crise, e os aliviava do pior, em parte se locupletava dos paradeiros e das aperturas. É certo também que muitas das queixas sôbre êle vinham dos devedores imprevidentes e pródigos. Todavia, as fortunas foram feitas pelo comércio.

E contudo, apesar de terem estas atingido em alguns casos um vulto considerável, o comércio bahiano, acompanhando as condições da economia geral da Província e depois do Estado, foi decaído de sua importância relativa, sem embargo de seus capitais ainda serem consideráveis no comêço dêste século. Supomos que as grandes aplicações bahianas em apólices, que ficaram famosas, provinham de reservas do comércio.

Uma estimativa oficial da circulação monetária em 1907 atribui à Bahia 96 mil contos, num total brasileiro de 743 mil, tendo apenas na

frente Minas e São Paulo (103 mil). É provável que a velocidade de circulação em São Paulo já fosse bem maior, exigindo relativamente menor massa de moeda, mas a cifra da Bahia é expressiva do capital existente em reservas de gavetas e pés de meia (Pernambuco 53mil)<sup>67</sup>

Gois Calmon apresenta uma lista dos bancos, dos quais, pela sobrevivência, destacamos o Banco Econômico e o Banco da Bahia. Mas houve numerosos outros de grande projeção em suas épocas. A vida bancária na Bahia teria que sofrer dos excessos e desorientações, nos dois sentidos, da política financeira do poder central, sob a pressão de uma economia débil e flutuante, sofrendo as crises internas de crescimento e ainda mais, pela sua situação reflexa, as crises oriundas de fora; política crescentemente formulada sem atenção aos interesses da Província e do Estado, que ia cedendo terreno na economia e na força política.

Também é de destacar, entre as grandes casas estabelecidas na Bahia, e que existem hoje, (1949) a Cia. Aliança, Morais & Cia., e, depois de 1890, Magalhães & Cia. As casas de comércio em 1912 eram 16.094 sexto lugar no Brasil, sendo as casas atacadistas 257, quinto lugar, no total brasileiro de, respectivamente, 251.221 e 2.91066. Ainda nessa época, e por algum tempo mais, numa tendência decrescente, o comércio bahiano alcançava todo o norte de Minas, Goiás e o sertão de Pernambuco e Piauí, além de Sergipe.

Na falta de dados sôbre a renda social ou produção total líquida do Estado, e ainda sôbre entrada e saída de capital e outros pagamentos, que nos permitissem um balanço geral das contas, a melhor aferição numérica da situação de uma região econômica, mormente tão sujeita ao intercâmbio com o Exterior, e depois com outros Estados do Brasil, é o balanço de comércio (também chamado balança comercial. Mesmo os dados sôbre êste são falhos. G. Calmon e outros logo ressaltam que o valor das exportações e das importações era diminuído para escapar dos impostos. É provável que as de-

duções se equivalessem, salvo, porém, nas épocas de exportação de pedras preciosas, mais fáceis de subtrair da fiscalização.

Miguel Calmon “não tem escrúpulos”, segundo diz, de estimar a exportação de 1835 (quando ainda não havia diamantes) em 10.000 contos, quando, segundo os dízimos, teria sido de 5.800. Mas convém notar que uma das razões porque assim estimava (além da rebaixa dos preços, do contrabando, das “guias de outros portos”) era a idéia de equilíbrio que supunha deveria haver com a importação de 9.000, em cifras oficiais. (A propósito da origem das importações, de um total de 8.813 provenientes do estrangeiro, 5.657 eram inglesas).

Com aquela reserva, podemos ressaltar, pela sua fundamental importância, o constante deficit no comércio durante o século passado. Raros exercícios eram favoráveis.

Só na última década se registrou saldo, mas pequeno. Além do deficit, é importante acentuar a estrutura das importações. Ainda em 1816, os escravos constituíam mais de 25% do total. Considerados na importação, são êles bens de produção. Antes dos “liberais princípios”, as atividades internas exigiriam relativamente mais bens de produção; ferramentas, matérias primas, etc. Depois, entrariam preponderantemente artigos de consumo. Assim, na importação do exterior, em 1835, êstes representavam quando menos 88%, assim mesmo se computarmos entre os bens de produção os 6% de artigos não especificados.

Tenho a impressão de que se deve estudar a influência que terá tido no futuro o “crédito em mercadorias” que o comércio importador, sobretudo inglês, proporcionou a Bahia, já desde antes da abertura dos portos, segundo o testemunho do Des. Brito, e talvez muito mais depois: influência benéfica na medida em que representou bens de produção, e quiçá maléfica na extensão em que fomentou o padrão de consumo suntuário de u’a minoria de senhores e de doutores, o qual estava acima das possibilidades normais, gra-



*“ O deficit no comércio com o exterior sanou-se, passando a Bahia, com o cacau e a variedade de pequenas exportações, a contribuir para a receita líquida de cambiais do país. ”*

vando a futura balança de pagamentos e concorrendo para as quedas de câmbio. Esses hábitos suntuários contribuíram (e ainda hoje) para agravar as crises, impedindo a formação de melhores reservas nos anos bons. Constituem, em suma, um fator de maior descapitalização, além de desequilíbrio no balanço de pagamentos. Ele era aliás encorajado a princípio pelo liberalismo aduaneiro, e depois pela tarifa anti-econômica e de inspiração aristocrática, como bem observou Luis Tarquínio O que aliás também acontecia com o restante sistema fiscal.

O deficit no comércio com o exterior sanou-se, passando a Bahia, com o cacau e a variedade de pequenas exportações, a contribuir para a receita líquida de cambiais do país.

O saldo no comércio exterior resultou da melhoria das condições internacionais para os nossos produtos (fim do século), mas sobretudo da transferência do deficit para o comércio interno; e coincidiu com a queda do prestígio político da Bahia no país e o surto do café e das atividades criadas com os seus lucros e a imigração, chamando para São Paulo tôdas as energias. A não ser a episódica sedução do “ouro negro”, era inevitável que a produtividade sem paralelo de São Paulo nessa quadra atraísse os capitais e a mão-de-obra, sobretudo num país tão afeito à mobilidade e particularmente de zonas onde as atividades fixadoras já estabelecidas eram reduzidas (indústrias e agricultura com elevados capitais fixos e empregos estáveis).

Assim, a Bahia, produtora que passou a ser de moedas estrangeiras, era indiretamente uma das financiadoras das importações essenciais à industrialização de outras áreas, às quais pagava ainda preços mais caros do que os dos artigos importados, e isso enquanto continuava sujeita às instabilidades dos mercados exteriores para sua produção. Nem as suas vendas ao resto do país nem o orçamento federal tinham o papel de compensar a desvantagem.

O comércio interno passou a fornecer não só o xarque, ou quase somente êle, como na primeira metade do século XIX, mas uma variedade e quantidade maior de produtos manufaturados e primários. Não tendo desenvolvido a indústria do açúcar antes da limitação, nem as manufaturas, como Pernambuco ao menos, a Bahia passou a grande freguês da indústria e da agricultura do Sul e mesmo de Pernambuco. Essa produção nacional protegida se levantou sob o guante do desequilíbrio crônico nos pagamentos internacionais do Brasil, o qual determinou as quedas de câmbio sucessivas, e criou uma necessidade de menor dependência do exterior. A 1ª. guerra mundial veio trazer-lhes um grande impulso.

Embora as quedas de câmbio tivessem “estimulado nossa amortecida capacidade de trabalho”, como observou G. Calmon, referindo-se às exportações bahianas, elas não foram suficientemente utilizadas, ao lado das tarifas de intenção ou efeito protecionistas que se iam ocasionalmente adotando, para a criação na Bahia de atividades produtivas visando o seu próprio mercado e os mercados nacionais. As outras condições da nossa economia explicarão o fato.

Enquanto isso, as indicações são no sentido de que a evasão de capitais foi muito maior que as entradas, mesmo sob a forma ilusória de grandes empréstimos públicos de duvidosa aplicação. Além disso, a Bahia sempre foi altamente tributária ao orçamento federal.

O principal característico das finanças da Província, depois do Estado, é uma constante em economias

similares em todo o mundo: basear-se em impostos indiretos, particularmente sôbre as exportações.

Houve reduções de direitos de exportação para facilitar ao açúcar enfrentar a crítica competição mundial. Mas no caso do cacau, isento até 1860, daí em diante subiu de 6% até atingir 18% no comêço do século, quando só o imposto de exportação sôbre o cacau, explorando as condições excepcionais da Bahia no mercado mundial, e estimulando certamente os concorrentes, já representava cêrca de 28% da receita tributária do Estado. O imposto de exportação foi crescendo a partir do fim do século, para só declinar ultimamente.

A flutuação nas receitas, se bem que ligeiramente atenuada na Bahia por uma certa variedade das exportações (o que sempre tornou menos aguda a crise estrutural), refletia sensivelmente a sorte dos grandes produtos’ (ainda hoje e do cacau). Dai a incerteza e os deficits, agravados pela imprevidência.

O que sempre agravou o defeito estrutural do sistema tributário, retardando a sua superação, que deve vir de uma economia mais intensiva e diversificada, é a baixa produtividade das despêsas públicas. Êste fator transforma a receita pública em processo de descapitalização e empobrecimento, como é patente na zona cacauera. É de interrogar, porém, se, face à carência de recursos para obras e serviços, nas condições do Estado, e diante da pressão por empregos públicos, decorrente da falta de absorção em atividades lucrativas e atraentes (entra aqui também o preconceito contra as atividades comerciais e industriais, particularmente artesanais), poderiam as administrações públicas refreiar essa tendência.

Não se tem estudado ainda a natureza e a experiência do nosso aparelhamento fiscal. Mas é de supor, por exemplo, que êle venha tendo na história o efeito de acelerar as altas e de agravar as baixas, ora aplicando sôfregamente receitas não previstas naquelas ocasiões, ora retraindo-se de aplicações, pelo fracasso das

previsões orçamentárias, quando as despesas públicas deveriam ter um papel regulador. Êsses desequilíbrios foram acentuados pelos empréstimos para “tapar buracos”, para obras destinadas a “inglês ver”, isto é, a mostrar “melhoramentos” ou “progressos” figurativos, em que encontrava derivação um complexo de nobreza sem dinheiro ... ou quiçá um certo traço litúrgico da nossa cultura.

Condições mais favoráveis de aplicações no Sul do país determinaram um fluxo de transferências de lucros auferidos nos anos bons, Carências elementares de transportes e de energia (elementares, porque ainda abaixo dos sofríveis padrões nas melhores zonas do país) terão sido, e continuam sendo, as principais razões desta evasão.

## 8. Conclusão

Concluindo o panorama esboçado, relembremos, embora sem insistir neles, alguns fatos relevantes. Depois da Guerra da Independência e de um recesso nos negócios internacionais, recrudesceram as desordens e rebeliões, ora de escravos e negros forros, ora de nativistas (mata-marotos) e de “federalistas”.

Na década de 1840, registrou-se certa reanimação. Na de 1850, sempre em altos e baixos, houve maiores iniciativas, mas veio o cólera de 1855, a seca entre 57 e 61, e o descontrole de crédito, que deu em falências. Entre 60 e 65 a Guerra de Secessão veio salvar, mas logo a Guerra do Paraguái exigiu muito da Bahia. O desgaste foi grande, “Negros para o café” e soldados para a guerra. A Bahia não pôde aproveitar os lucros do período, anterior, embora se registrassem vários empreendimentos. Logo a seguir, vem a moléstia da cana em 1873, a concorrência dos diamantes do Cabo, a escassez de gêneros, o êxodo de escravos para o Sul. Esta crise, segundo Gois Calmon, se prolonga até 1890. Em 1880, há muitas falências, seguidas de “contínuo abatimento e desânimo”, Reanima-se a economia no começo dos anos 90, com melhores preços, e cacáu que aparece, a borracha e carbonado, o crédito, até demasiado,

a “febre” de iniciativas, Logo vem a seca de 1893, Em 1900 o cacau avulta, e num crescendo, mas sofre também frequentes flutuações e sobresaltos. O fumo se havia restabelecido, O açúcar veio a ter uma nova oportunidade com a Guerra de 14, O café ganhou preços bons, Enquanto isso, sempre continuaram as crises de origem climatérica e as especulações nos preços internacionais, A Bahia não conseguia capitalizar. A única “fronteira” era o cacáu. O sertão manda excesso de braços para São Paulo: 50% da população de alguns municípios entre 1920 e 1940.

Numa curva de longa tendência (médias móveis em longos períodos) poderíamos figurar esse período da história da Bahia por uma alta no começo do século, uma baixa nas décadas 20 e 30, uma recuperação no meiado (décadas 40 e 50), logo interrompida, uma ligeira reanimação no começo dos 60, para cair em seguida com a guerra do Paraguái até 1890, quando se registra nova alta.

Nessa sucessão de crises, que não correspondiam às crises do sul do país, e cuja história precisa ser feita com mais vagar e melhor análise, a Bahia se foi recolhendo no tempo.

A variedade de exportação lhe assegurou, apesar de tudo, um grau menor de instabilidade que outras regiões e estados do país, A variedade de produções de consumo interno, apesar das crises de abastecimentos se terem sucedido intermitentemente, lhe manteve um padrão de vida não-monetário que, embora baixo, ainda se compararia favoravelmente com o de outras regiões brasileiras aparentemente em melhor situação. Mas, face à fraqueza das exportações, reduzia-se sua capacidade de importar os confortos que se iam impondo nos hábitos modernos, enquanto as condições econômicas gerais não favoreciam a criação e manutenção de atividades industriais no Estado. Eis aqui o recuo no tempo.

Os obstáculos naturais aos transportes, a carência de energia, numa época em que a eficiência passou a ser medida pelo fator H. P. de que dispõe o homem, deficiências que

refletem a descapitalização, mas que, se vencidas, criam as condições para superar outras dificuldades, viriam retardar a recuperação da Bahia, convidando os capitais e muitos homens de iniciativa a buscar emprego fora.

Por condições históricas, teve a Bahia que pagar tributo ao Sul. Duplo tributo de comprar mais caro as mercadorias (tecidos e artefatos de São Paulo, queijos e manteigas de Minas), e de fornecer braços e capitais. Só condições muito melhores de transportes e energia aliados à reanimação do fim do século, teriam podido resistir à absorvente atração de São Paulo.

A decadência relativa da educação não é mais do que uma decorrência da situação geral, refletida nas finanças do Estado, embora possa ser um motor do desenvolvimento econômico, na medida em que se antecipe a êste (como é o caso ainda dos dispendiosos programas de saúde pública). Sem outras condições de desenvolvimento, e assim de emprego, os recursos tradicionais de boa educação acadêmica na Bahia contribuíram mais para fornecer pessoal às zonas mais progressistas do país do que para levantar a Bahia; e foram sem dúvida minados por uma certa sonolência, a do alheamento do sistema produtivo atual e da vida moderna.

O apanhado histórico mais realista, porém, não autoriza o ceticismo quanto à energia do homem. Nunca lhe faltou bravura para enfrentar as situações, embora lhe tivesse falecido frequentemente o “saber fazer”. Os fracassos trouxeram nas zonas mais velhas o espírito da poupança e o temor, aliado à falta de experiência para iniciativas arrojadas, mas as zonas novas continuaram a despertar o espírito do empreendimento e do risco, talvez levado até ao exágero do puro aventureirismo e do jôgo, estimulados pelas instabilidades da economia colonial de exportação.



Leia todos os números da RDE acessando o site:  
[www.ppdru.unifacs.br](http://www.ppdru.unifacs.br)  
Arquivos prontos para download.

## NOTAS

- 1 Mantida na íntegra a redação original.
- 2 Wanderley Pinho - História de Um Engenho do Recôncavo - Rio 1946 - pg. 197 - (Este livro é um dos acontecimentos mais relevantes da bibliografia nacional nos últimos anos).
- 3 Segundo uma fonte cito J. Lucio de Azevedo, *Épocas de Portugal Econômico*, Lisboa 1929, pg. 456.
- 4 P. M. Gondavo, cit. Oliv. Martins - *O Brasil e as Colônias Portuguesas* - 5a ed., Lisboa 1920 - pg. 33.
- 5 Estimativa das Exportações de Açúcar no final do Seco XVIII, segundo fontes americanas; em toneladas: Colônias Francêsas - 95.000; Colônias Inglesas - 80.000; Extremo Oriente - 50.000; Brasil - 35.000; Antilhas Dinamarquesas - 28.000; Cuba em 1802 - 40.000) 15.000; diversos - 3.000. (M. H. el - gamal - *Le Problème International du Sucre* - L.G.D.J. Paris, 1941 - pg. 7. O dado sobre o Brasil supera as indicações nacionais). (R. Simonsen - *H. Econômica*, 2ª ed. quadro à pago 172 e W. Pinho - *H. de um Engenho*. pg. 254).
- 6 Ramiro Guerra y Sanchez - *Azucar y Poblacion en las Antillas* - 3a ed. - *La Habana 1944*. Ver também Fernando Ortiz - *Contrapunto Cubano dei Tabaco y dei Azucar Habana*, 1940, sobre os aspectos capitalistas da indústria açucareira e popular da do fumo, semelhantes ao que aconteceu no Brasil. Ele refere também o contrato de mestres nas colonias portuguesas
- 7 Alvará de 21-2-1765, mandando observar na Bahia pelo Ofício de 11 de 6 de 1799 (34 anos de diferença - ap. Carta J. Diogo G. F. Castelo Branco aos *Vereadores*, in *“Cartas Econômico-Políticas”*, do Des. J. R. Brito e outros (Quanto à data do ofício, o Des. Brito dá 11-7-1798, v. pg. 86).
- 8 Referência ao regime de administração estatal, pré-democrática, bem estudada por Max Weber, que os sociólogos Guerreiro Ramos e Emílio Williams expuseram no Brasil, e que consiste em utilizar a máquina exatorial e administrativa como um adendo do patrimônio da corôa e do seu domínio privado sobre a coisa pública. Temos sobrevivência desse regime nas participações em multa e nas atitudes “patronais” frequentes dos funcionários, diante dos contribuintes, que são ainda meros tributários
- 9 Des. João Rodrigues de Brito, in *Cartas Econômico-Políticas* (com prefácio magnifico de Gois Calmon) ed. Gov. Estado da Bahia, 1823, pg. 34 e 86.
- 10 “*Cartas Econômicas - Políticas*” cit:
- 11 W. Pinho (*História...*) pg. 215.
- 12 J. P. Calógeras - *O Marquês de Barbacena*, 2ª ed. 1936, e Gois Calmon, prefácio às *Cartas Econômico-Políticas*.
- 13 Luiz Viana Filho - *O Negro na Bahia*.
- 14 Pedro Calmon - *O Marquês de Abrantes*.
- 15 Kidder & Fletcher - *Brazil and the Brazilians*, 1857, pg. 483 e 490.
- 16 O. Lima - *D. João VI no Brasil - sobre os efeitos da Abertura dos Portos e do Tratado 1810*. Sebastião Ferreira Soares, “*Esboço ... Crise Comercial da Cidade do ‘Rio de Janeiro em 19-9-1864’*” apud João Carneiro da Fontoura, “*Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras no Brasil, 1808-1889*” pg. 17.
- 17 Martius - *Através da Bahia*.
- 18 “*Cartas Econômico-Políticas*”. pags. 115 e 96.
- 19 Ch. Fr. Hartt. *Geologia e Geografia Física do Brasil - Brasiliana*. pg. 351 Hartt fez duas viagens ao Brasil a partir de 1865. Quanto a trabalhos modernos de grande interesse para a ecologia bahiana. ver P. Gouroit - *Les Pays Tropicaux*
- 20 *Cartas*. pgs. 115 e 116
- 21 Gois Calmon. “*Ensaio de Retrospecto sobre o Comércio e a Vida Econômica na Bahia entre 1823 e 1900*” - D. Oficial do Estado. ed comemorativa do Centenário da Bahia, (outro trabalho fundamental). Também W Pinho - “*História ...*”.
- 22 *Cartas*. pg. 66.
- 23 M. Calmon du Pin e Almeida - *Discurso na Sociedade d’Agricultura Ind. e Comércio da Bahia* - 31-1-1836. Os trabalhos de M Calmon merecem uma reedição
- 24 Ver especialmente a carta do Des. Brito.
- 25 *Cartas*. pg 99.
- 26 *Cartas*. pg 100.
- 27 Gois Calmon - *Retrospecto*. Também B. Amaral - *História da Bahia da Independência à República - Bahla*. 1923. repositório precioso de informes e documentos.
- 28 Gois Calmon - *Prefácio às Cartas ... ci t*.
- 29 Miguel Calmon - *Discurso cit. 1836*.
- 30 Wanderley Pinho - “*Cotegipe e seu tempo*” pgs. 687 e 697, onde há um quadro da situação do Recôncavo Açucareiro do meiado do século passado. A “*Hist. de um engenho do Recôncavo*” dá um excelente registro dos esforços técnicos da indústria açucareira bahiana.
- 31 Pratt *International Trade in Staple Commodities*. Mc. Graw - 1928. pg. 277.
- 32 G. Calmon - *Retrospecto*.
- 33 Miguel Calmon (memórias sobre o Tabaco - 1835).
- 34 Idem - Segundo a cláusula XX desse Tratado baseado na “*reciprocidade*” e “*mútua conveniência*”. a Inglaterra ressalva sua proibição de importar açúcar, café e outros produtos permitindo porém a Portugal (cl. XXII) impor direitos proibitivos sobre tais produtos das Colônias britânicas.
- 35 Roberto Simonsen - *Hist. Econômica do Brasil*. p.203 e 216.
- 36 Miguel Calmon - *Mem. sobre o Tabaco*. 1835.
- 37 Miguel Calmon - *Fatos Econômicos* - Rio 1913.
- 38 Gois Calmon - *Retrospecto*

- 39 Hartt, op. cit. 273 - Zehntner. citando J. R. Souza. refere colonos espanhóis que abandonaram o café pelo cacau. pg.35.
- 40 Informação que o A. ouviu de Braz do Amaral. A colônia efetivamente adquirira a feição de uma "plantation" tropical com escravatura (ver Handelman - História do Brasil. 475 e 646).
- 41 L. Zehntner - Le cacaoyer dans l'Etat de Bahia - Berlin, 1914.
- 42 R. Simonsen - H. Econômica do Brasil - II pg. 83 Ver também Calógeras - Formação Histórica do Brasil.
- 43 Fato acentuado por G Calmon analisando o balanço comercial da Bahia in "Retrospecto", bem como Hartt, 337 Diz este "Tanto quanto posso asseverar a produção anual de diamantes da Província não pode ter sido inferior a três milhões de dólares" (6.000.000\$) A exportação segundo os dados oficiais, foi, no exercício 62-63 de 1.647 contos e no 64-65 de 1.381 contos.
- 44 Artigo da Revista Internacional das Repúblicas Americanas. tr. e outros informes "Boletim de Agricultura", Bahia jan -março 1909 - pg. 123.
- 45 Hartt. op. cit. 292. em nota posterior ao texto.
- 46 Agradeço ao Prof Manoel J Ferreira. Ilustre sanitaria e filho do Com. Ferreira o acesso que me permitiu a uma interessante documentação a respeito.
- 47 G Dutra - Maniçobeiras de Jiquié - in "Boletim de Agricultura" Bahia - Vol XIV out-dez. 1909 pg 170.
- 48 L. Zehntner - op. cit.
- 49 B. Amaral - Hist. da Bahia
- 50 Miguel Calmon. "Memória sobre o Tabaco" 1835 e "Discurso" 1836
- 51 Uma das trovas cantadas tradicionalmente na roda das casas de farinha do Recôncavo colhida pelo Autor.
- 52 Estas as informações a seguir sobre indústrias são retiradas de Gois Calmon, "retrospecto". Pêricles Madureira de Pinho "Luiz Tarquínio", Bahia, 1944. Além de M. Calmon. "Discurso"... 1836.
- 53 Kidder. op. cit. pg 497.
- 54 Op. cit. - A fábrica era do mesmo Dr. Bernardino. fundador da de tecidos.
- 55 Gois Calmon - "Retrospecto" de que são geralmente os informes a seguir.
- 56 Madureira de Pinho "Luiz Tarquínio" - pg. 36.
- 57 Quanto aos números, G Calmon - "Retrospectos"; deve-se, porém advertir sobre a variação do conceito Fábrica. A política do Ministro Ruy Barbosa. que sempre encontrou mais o desfavor que o aplauso. mesmo entre ruistas, precisa ser melhor examinada. Raros historiadores. como Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen. reconheceram o seu alcance. Recentemente. o sr. Humberto Bastos. "A Economia Brasileira e o Mundo Moderno", pg. 167. teve o mérito de pô-la em foco. Em uma monografia especial que já anuncia estar em provas promete desenvolver a tese de que "Ruy Barbosa foi o Ministro da Independência econômica do Brasil".
- 58 Dados do Ministério da Fazenda, apud "Annuaire du Brésil Économique" 1913 p.234. O total brasileiro desses grandes era de 3.664 enquanto o total geral dos estabelecimentos industriais que pagavam o imposto de consumo era de 11.335. O inquérito promovido pelo Centro Industrial do Brasil em 1907 parece ter falhado inteiramente na coleta. A. cifras desse inquérito só aparecem melhores quanto ao D. Federal.
- 59 Ver Gois Calmon e Madureira de Pinho.
- 60 Roberto Simonsen, "Evolução Industrial do Brasil": abre o caminho, mas não chegou a fazer o 3º volume de su.!" "História".
- 61 Miguel Calmon: "Discursos" - 1836. Desconhece-se geralmente no Brasil a tarifa cobrada pela Inglaterra para a maioria dos nossos produtos, as limitações de navegação e a proteção inglesa para os seus produtos. Os tecidos por exemplo. Ricardo, consolidador da economia política clássica, foi no Parlamento um "oportuno" protecionista.
- 62 Gois Calmon "Retrospecto". Na integra Braz do Amaral - Hist. da Bahia.
- 63 O Brasil e as colônias portuguesas. 5ª. edição, p.174.
- 64 Boletim Estatístico - Exposição. 1908, p.167.
- 65 Dados do Ministério da Fazenda 1913.
- 66 P. Madureira de Pinho, - Luiz Tarquínio, pg. 23.
- 67 G. Calmon - Retrospecto, pg. 394, do D. Of. do Centenário.



**CD Home Studio**  
DIGITAL DATA AUDIO VIDEO

Editoração de livros, jornais e revistas.  
Criação de fotovídeos a partir de fotografias antigas, digitais ou não. Impressão de convites, cartões de visitas e em mídias de CD ou DVD com qualidade fotográfica.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO  
Mestrado e Doutorado



**SISTEMA DE INOVAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL DA UNIFACS**

**LABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE  
TECNOLOGIAS SOCIAIS - LTECS:**

**Cooperação Universidade x Comunidade para o  
desenvolvimento regional urbano e local sustentável**

**Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas**

E-mail: [alcaldas@unifacs.br](mailto:alcaldas@unifacs.br)

Tel: 3273-8528

Salvador, abril de 2008



**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E URBANO**

**O ÚNICO DA SUA CATEGORIA  
NO ESTADO DA BAHIA**